

Níveis de conceituação: do abstrato ao aleatório

Desigualdade educacional e plebiscito

Márcia Cavallari Nunes*
Sílvia Penteadó Cervellini**

A grande desigualdade educacional no Brasil justifica uma preocupação com os efeitos da baixa escolaridade no processo de escolha do melhor sistema e forma de governo para o país. Diversos estudos sobre os fenômenos de opinião pública já abordaram essa questão, apontando para uma forte relação entre educação formal e capacidade de absorção e compreensão de temas que, apesar de serem de interesse público, não fazem parte do dia-a-dia da maioria da população.

Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior é sua possibilidade de formar um sistema de crenças abrangente, baseado em abstrações que servem como referência para o seu entendimento sobre assuntos políticos e tomada de posição em relação a temas específicos. Por outro lado, pessoas com nível de escolaridade mais baixo utilizam-se de outros mecanismos para tomarem posição sobre objetos políticos, pois não tem instrumental necessário para organizar suas idéias de forma tão estruturada.

O objetivo deste artigo é indicar prováveis

conseqüências dessas desvantagens cognitivas na formação da opinião pública brasileira com respeito ao plebiscito, levantando os caminhos que uma grande parcela do eleitorado poderá tomar para enfrentar a complexa tarefa de escolher qual o sistema e forma de governo que devem ser adotados no Brasil. Neste artigo não se pretende avançar nenhuma conclusão definitiva, mas sim levantar algumas hipóteses que gerem uma reflexão mais profunda sobre os problemas apontados. Esse é o início de um processo e somente análises futuras poderão testar tais hipóteses de forma conclusiva.

* Estatística e pós-graduada em Ciência Política. Diretora da Divisão de Pesquisa de Opinião Pública e Política do IBOPE.

** Cientista social e pós-graduada em Ciência Política. Gerente de Projetos da Divisão de Opinião Pública e Política do IBOPE.

Níveis de conceituação e educação formal

A análise de dados quantitativos de pesquisas de opinião pública utiliza variáveis demográficas e atitudinais para tentar explicar diferenças de opinião ou comportamento entre subgrupos das populações estudadas. O nível de escolaridade do entrevistado, por seu significado social, é uma das variáveis explicativas mais freqüentemente utilizadas pelos analistas.

A importância da variável educacional, porém, vai muito além desse potencial explicativo de diferenças de opinião. A formação escolar é, na verdade, um dos fatores determinantes da capacidade de um indivíduo organizar as informações que coleta durante sua vida, de forma a facilitar tarefas que demandem algum tipo de conexão ou sistematização de um conjunto de informações isoladas.

A importância da formação escolar foi apontada em *The American Voter*,¹ um trabalho pioneiro da ciência política que utiliza basicamente dados de pesquisas de opinião pública. Analisando respostas dadas a perguntas exploratórias sobre o que o entrevistado gostava e não gostava nos partidos Democrata e Republicano, os autores classificaram o eleitorado americano segundo uma escala de "Níveis de Conceituação". Tal escala corresponde a diferentes níveis de sofisticação na organização de idéias sobre assuntos políticos, desde o nível mais abstrato e articulado até o mais imediatista e aleatório, ou seja, de um nível de raciocínio mais estruturado até outro sem nenhuma estruturação. Os vários subgrupos dessa escala poderiam ser descritos sumariamente da seguinte forma:

- Nível 1 — Indivíduos que se baseiam em pontos de referência abstratos para construir um sistema no qual classificam e organizam os objetos políticos no presente e ao longo do tempo.
- Nível 2 — Indivíduos que se baseiam nos interesses de grupos sociais para formarem opiniões sobre assuntos políticos considerando suas percepções sobre efeitos positivos, negativos ou indiferentes para os grupos.
- Nível 3 — Indivíduos que evocam percepções difusas ligando os objetos políticos à idéia de "tempos bons" e "tempos ruins" ou, no extremo oposto, que se referem a um único evento isolado considerado positivo ou negativo, sem relacioná-lo a nenhuma outra informação.
- Nível 4 — Finalmente, indivíduos que formam suas opiniões sem nenhuma referência

lógica, baseando-se somente em fatores emocionais.

Analisando o cruzamento entre esses níveis de conceituação e grau de escolaridade, verificou-se uma alta correlação entre ambas as variáveis. Educação formal, porém, não foi a única variável com poder explicativo para as diferenças de nível de conceituação. Os autores constataram que quanto mais envolvido e informado sobre política, mais sofisticado o raciocínio do indivíduo, mesmo considerando indivíduos de um mesmo segmento educacional.

A idéia de segmentação da opinião pública em termos de capacidade de abstração é aprofundada por Philip Converse em "The Nature of Belief Systems in Mass Publics",² em que o autor descreve as fontes para que um indivíduo crie uma consistência interna nas suas idéias. Entre essas fontes, Converse aponta para a difusão social de "pacotes" de idéias, já interligadas entre si. Esses conjuntos seriam difundidos a partir de grupos minoritários, procurando fornecer à massa o que Converse chama de "o que vai com o que?" e "por quê?", ou seja, as bases dos sistemas de crenças. O autor sustenta que a qualidade da informação passada de um grupo para outro tende a cair, e o que chega para a massa é um resíduo simplificado do sistema de crenças original. Esse resíduo seria caracterizado pela utilização quase que unicamente de ligações simples entre um objeto e outro, sem um aprofundamento das razões de tais ligações. A diferença entre elites e massa é expressa por Converse da seguinte forma:

"(...) conforme se move para baixo nessa escala de complexidade de informação, a consistência declina entre as idéias-elemento e a abrangência dos sistemas de crenças diminui. Ao invés de alguns poucos sistemas de crenças abrangentes, que organizam grandes quantidades de informação, é de se esperar que encontremos uma proliferação de *clusters* de idéias com pequena consistência entre elas, inclusive com freqüentes desvios de consistência lógica. Ao mesmo tempo, movendo-se do topo para a base dessa dimensão de informação, o caráter dos objetos que são centrais nesses sistemas de crenças sofrem mudanças sistemáticas. Esses objetos passam do nível remoto, genérico e abstrato para um nível simples, concreto e próximo do dia-a-dia. Onde potenciais objetos políticos estão em questão, essa progressão vai passando de princípios ideológicos e abstratos para aqueles ligados a interesses de grupo, líderes carismáticos e finalmente para objetos de experiência imediata, como família, trabalho e pessoas próximas."³

A elite, portanto, seria beneficiada por já ter um instrumental que lhe permita entender os “porquês” das ligações entre idéias isoladas, baseando-se em abstrações, que só são possíveis para indivíduos com treinamento para um raciocínio abstrato. Converse explica que essa capacidade, por sua vez, traz uma grande economia para o indivíduo na tarefa de armazenar novas informações, pois elas são imediatamente relacionadas ao conjunto.

Levando em consideração tais teorias, constata-se que a opinião pública sofre de uma desigualdade interna na capacidade de assimilação e compreensão de assuntos políticos. Essa desigualdade resulta basicamente da diferenciação entre indivíduos em termos educacionais, mas pode, em certa medida, ser compensada por interesse individual em tais assuntos ou áreas correlatas ou por um acúmulo de informações pré-organizadas sobre os mesmos.

No dia-a-dia, entretanto, verifica-se um grave círculo vicioso: o indivíduo com baixa escolaridade tem dificuldades para armazenar e organizar informações a respeito de assuntos que não fazem parte da sua experiência cotidiana. A falta de informação tende a gerar um desinteresse pelo tema, pois lhe é muito custoso pensar a respeito de algo que ele não consegue compreender, e assim por diante...

As implicações de tais conclusões para a análise de dados de opinião pública no Brasil são imediatas. Em nossas amostras nacionais, cerca de 50% dos entrevistados incluem-se na faixa de escolaridade mais baixa (até 4ª série do primeiro grau completa). Considerando-se essa falta de educação formal, pode-se supor que grande parte desse contingente seja classificado nos níveis mais baixos de conceituação e, conseqüentemente, apresente baixa consistência ideológica ou mesmo lógica entre suas atitudes e opiniões sobre assuntos políticos.

Nesse quadro teórico, justifica-se a preocupação sobre quais os mecanismos que essa parte do eleitorado vai utilizar para fazer a sua escolha entre os sistemas e as formas de governo.

Interesse e informação

Como foi visto, a motivação e a qualidade da informação que um indivíduo ou grupo de indivíduos possui em relação a um determinado tema pode aumentar sua capacidade de compreensão, de forma articulada, sobre tal tema ou correlatos. Entretanto, a complexidade das questões envolvidas no plebiscito e sua distância do cotidiano da população em geral não deixam espaço para otimismo sobre a possibilidade de que o nível de informação e interesse do eleitorado a respeito seja suficiente para contrabalançar as limitações cognitivas.

Em 1987, em pesquisa de âmbito nacional, foi

mensurado o grau de importância atribuído a alguns temas que deveriam ser incluídos na nova Constituição do Brasil. A lista fornecida aos entrevistados continha 15 temas, entre os quais, a escolha entre parlamentarismo ou presidencialismo. No *ranking* de prioridades da população brasileira, tal tema aparece em 12º lugar, com apenas 4% e 5% de citações, respectivamente em março e maio (Tabela 6.3, p. 41). Esses dados sugerem algumas hipóteses: havia então uma falta de interesse pelo tema, havia uma falta de informação sobre o tema ou, no leque de opções fornecido, os outros temas, no momento, seriam realmente mais urgentes e importantes. De qualquer maneira, tratava-se de um tema sem saliência para a grande maioria dos eleitores.

Em outra pesquisa nacional recente (janeiro de 1993), foi obtida uma outra medida de interesse pelo plebiscito, através do levantamento da vontade dos eleitores em ir votar. Constatou-se que pouco mais de um terço do eleitorado, 37%, tinham muita vontade de votar no plebiscito, contra 58% que declaram ter pouca ou nenhuma vontade.

Somando-se à falta de interesse pelo tema revelada pela maioria dos eleitores, observa-se também um baixo nível de informação sobre as questões envolvidas no plebiscito. Na mesma pesquisa, 57% declaram-se mal ou nada informados sobre as diferenças entre o presidencialismo, parlamentarismo republicano e parlamentarismo monárquico. Conforme poderia se esperar, entre os entrevistados com até a 4ª série do primeiro grau esse índice sobe para 67%, contra 23% entre aqueles com nível superior.

Outras duas pesquisas, de novembro de 1987 e janeiro de 1993, solicitavam aos entrevistados uma definição sucinta sobre os sistemas: parlamentarista e presidencialista. Além disso, na mais recente, perguntou-se o significado das formas de governo: República e Monarquia. Apesar de o tema estar presente na agenda política do país com maior intensidade e exposição, o resultado não foi muito diferente daquele encontrado em 1987. No máximo, um quarto dos eleitores conseguiram mencionar pelo menos uma idéia correta ao tentar definir parlamentarismo, presidencialismo, Monarquia e República, o que indica claramente a falta de informação a respeito (Tabela 5.1, p. 35).

Além disso, as idéias mais citadas para definir cada termo caracterizavam-se por uma simplificação, em que é identificado apenas “quem manda” em cada situação, como, por exemplo, “o presidente” no presidencialismo e o “primeiro-ministro” no parlamentarismo. Trata-se, portanto, de um nível bem básico de conceituação, que personifica os sistemas e formas de governo, concretizando-os. A dificul-

dade em compreender tais termos por meio de abstrações é ainda ilustrada pelo fato de que a República é a forma de governo com menor percentual de acerto de definições, provavelmente por se tratar de um conceito para o qual é mais difícil aplicar o recurso da personificação, em comparação com a Monarquia.

Através da análise da série histórica de preferências do eleitorado por um ou outro regime, observam-se outros dados relevantes para ilustrar a falta de informação do eleitorado sobre as questões do plebiscito. Em primeiro lugar, durante todo o período observado (dezembro de 1990 a novembro de 1992), há um grande contingente que declara não ter opinião formada a respeito (Tabela 4.5, p. 33). Em segundo lugar, as curvas demonstram que através de formulações diferentes da questão obtém-se oscilações significativas nas respostas.

Por razões diversas, foram usadas duas versões diferentes de questionário para medir a preferência por parlamentarismo ou presidencialismo. As pesquisas realizadas em dezembro de 1990, outubro de 1992 e novembro de 1992 não explicavam o que seriam os dois sistemas de governo e formulava diretamente a pergunta da seguinte maneira:

“Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo, ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito?”.

As demais continham uma breve explicação:

“Em 1993 haverá uma consulta popular sobre a maneira como o Brasil será governado de 1994 em diante. A população brasileira escolherá entre o presidencialismo, que é o sistema de governo em que o país é governado por um presidente eleito pelo povo, e o parlamentarismo, que é o sistema em que a maioria absoluta do Congresso, escolhe um primeiro-ministro, que governará o país consultando o Congresso. Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito?” (Tabelas 4.5 e 4.6, pp. 33-34).

Os resultados observados de dezembro de 1990 até novembro de 1992 mostram claramente o efeito do fornecimento ou não da informação na oscilação dos percentuais de “Não tem opinião formada/Não opinou”. Essas diferenças ocorrem em todos os segmentos educacionais, mas esse efeito é mais evidente entre aqueles com nível educacional mais baixo. De fato, entre os menos escolarizados, os percentuais dos que se declaram sem opinião aumentam ou

diminuem em média 20 pontos, enquanto no segmento de maior escolaridade essa variação é em média de 3 pontos percentuais.

Em termos gerais, portanto, esses dados sugerem que grande parte da população não se sente suficientemente segura para decidir sobre tal questão. Ainda mais preocupante é o fato de que ao se depararem com uma “versão” do que sejam os regimes, dependendo do nível educacional, uma parcela significativa passe a opinar a respeito. Pode-se supor que uma escolha feita nessas bases não resulte de uma reflexão profunda sobre o tema e que não apresente um grau elevado de consistência.

Durante a campanha para o plebiscito, é de se esperar que os eleitores sejam expostos a diversas versões sobre cada sistema ou forma de governo, que provavelmente não se guiarão exclusivamente por critérios objetivos. Resta saber se os eleitores, que *a priori* não se sentem preparados para opinar a respeito, vão “comprar” uma das versões ou vão continuar se declarando, de alguma forma, incapazes de proceder à tal escolha.

Limitações cognitivas e decisão

Além do efeito potencial das “versões” apresentadas aos eleitores, a análise da série histórica das preferências entre os sistemas de governo aponta para outras tendências preocupantes.

Em primeiro lugar, é contundente a relação observada entre grau de escolaridade e ausência de opinião sobre o tema (Tabela 4.5, p. 33). Na última pesquisa, de novembro de 1992, o percentual dos entrevistados sem opinião cai de 65% entre os menos escolarizados para 13% entre aqueles com nível superior completo ou incompleto. Mesmo quando usado o enunciado contendo a explicação sobre os sistemas, essa relação continua sendo significativa, 49% no segmento educacional mais baixo contra 14% no mais elevado (abril de 1992).

Quando os resultados são recalculados, desconsiderando-se os grupos sem opinião, aparece a diferenciação de preferências por grau de escolaridade. A escolha do presidencialismo cresce sistematicamente à medida que se desce na escala educacional (Tabela 4.6, p. 34). Ao longo do período analisado, observa-se uma diminuição da preferência pelo presidencialismo, com uma queda mais abrupta em outubro de 1992. É provável que essa queda seja decorrente do processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, o que teria refletido negativamente na imagem do presidencialismo.

Nos dois extremos da escala educacional, no entanto, essa queda do presidencialismo não chega a inverter a direção da opinião da maioria de cada

segmento. Para os entrevistados com até a 4ª série do primeiro grau, o presidencialismo mantém-se como escolha majoritária, mas com uma vantagem muito pequena se comparada àquelas anteriores a outubro. Entre os entrevistados com nível superior, o parlamentarismo é o sistema escolhido pela maioria, e sua vantagem sobre o presidencialismo passa de 14 para 48 pontos percentuais de abril para outubro de 1992. Somente nos segmentos intermediários de escolaridade ocorre uma “virada” pró-parlamentarismo em outubro de 1992, confirmada na pesquisa de dezembro.

Apesar da preferência pelo presidencialismo observada no segmento de menor escolaridade, as teorias e os dados apresentados anteriormente nos permitem levantar dúvidas sobre a consistência da direção dessa opinião. Analisando novamente os dados da Tabela 4.5 (p. 33) para esse segmento específico, percebe-se que o efeito do fornecimento da explicação na pergunta sobre os sistemas favorece somente o presidencialismo: a preferência por esse sistema de governo aumenta à medida que diminui o percentual dos “sem opinião”, enquanto a opção pelo parlamentarismo se mantém constante ao longo de todo o período.

Apesar de não estarmos lidando com pesquisas do tipo Painel (em que as mesmas pessoas são reentrevistadas ao longo de um período para verificar mudanças individuais de opinião), é possível supor que um grupo de entrevistados, a princípio sem opinião, tende a escolher o presidencialismo quando a pergunta fornece uma breve explicação sobre os sistemas. De acordo com a suposição de que o segmento menos escolarizado é o que possui um nível de conceituação mais baixo, a transferência para o presidencialismo, quando é fornecida a explicação, resultaria do fato desse sistema fazer parte do universo de experiências diretas do grupo em questão. Assim, esses entrevistados, que a princípio não eram capazes de emitir uma opinião por não terem um sistema de crenças estruturado a ponto de dar conta dessa problemática, enfrentam a tarefa baseando sua escolha em fatores imediatistas, concretos e mais próximos ao seu cotidiano.

Além desse processo de escolha, baseado numa ligação simples com o que é mais conhecido pelo entrevistado, outro mecanismo pode estar atuando em um nível de conceituação um pouco mais alto: uma associação do presidencialismo a períodos percebidos como “bons” ou “ruins”. Dessa maneira, não estaria descartada a hipótese de que uma recuperação da imagem do governo federal com a posse de Itamar Franco faça com que a preferência pelo presidencialismo no segmento menos escolarizado volte a crescer.

Portanto, ao nosso ver, as opiniões emitidas pela maior parte dos menos escolarizados são formadas através de mecanismos que não refletem uma consistência interna de atitudes e, conseqüentemente, não asseguram sua estabilidade, estando sujeitas a influências externas diversas. Entre essas influências podem se destacar as posições expressas pelos meios de comunicação, as várias formas de campanha de cada frente política, o desempenho administrativo do presidente Itamar Franco, o desempenho do Congresso Nacional e o nível de popularidade dos líderes que estiverem defendendo um ou outro sistema.

É importante ressaltar que tais mecanismos de escolha apontados no grupo menos escolarizado também podem ocorrer nos demais grupos, pois em cada um podem existir indivíduos cujo nível de conceituação seja baixo devido a uma total falta de interesse e informação sobre assuntos políticos. Apesar de a educação formal fornecer a essas pessoas o instrumental necessário para a formação de um sistema de crenças bem estruturado, elas não teriam nenhuma motivação para fazê-lo. É claro que a incidência de tais mecanismos deve diminuir significativamente conforme se passa de um extremo a outro da escala educacional, sendo praticamente nula entre aqueles com nível superior.

Da mesma forma, nos segmentos menos escolarizados, pode existir um pequeno subgrupo cujo nível de conceituação é alto o suficiente para embasar uma opinião consistente e, portanto, estável ao longo do tempo. Esse subgrupo estaria compensando a falta de formação escolar por um interesse e nível de informação acima da média. A constância dos percentuais obtidos pelo parlamentarismo neste grupo pode ser um exemplo desta tendência.

Entre os mais escolarizados, considerando que a escolha sobre o sistema de governo se realize num nível de conceituação mais elevado e que seus patamares de ausência de opinião são baixos, pode-se supor que as mudanças de opinião ocorridas ao longo do tempo neste segmento, sejam mudanças reais de atitudes (Tabelas 4.5 e 4.6, pp. 33-34).

Na verdade, a diferença básica entre os extremos da escala educacional, em termos da sua escolha entre os dois regimes, diz respeito ao processo de formação e mudança de atitudes. A inexistência de uma atitude significa que o indivíduo nunca teve uma experiência com o objeto ou simplesmente nunca pensou de forma crítica a respeito. Entre a grande maioria dos menos escolarizados, portanto, pode-se dizer que há uma ausência de atitudes com relação ao objeto em questão — qual o melhor sistema de governo para o país —, mas que, agora, estão sendo formadas de forma frágil. Por outro lado, entre

aqueles com nível superior de educação, pode-se dizer que já existia uma estrutura de atitudes básicas em relação aos sistemas de governo, e as mudanças de opinião observadas corresponderiam a uma reavaliação mais sofisticada sobre o tema, levando em conta as novas informações que têm sido fornecidas recentemente e a percepção da relação custo/benefício de cada proposta no atual contexto.

Para questões de tal importância para o país, o ideal seria que as opiniões emitidas resultassem sempre da existência ou da formação de atitudes consistentes, senão da população como um todo, de pelo menos grande parte dela. No atual quadro, porém, o resultado do plebiscito de abril está totalmente em aberto. A informação e o interesse sobre o tema estão restritos basicamente aos segmentos que já apresentam um nível de conceituação elevado e que, portanto, já possuem um sistema de crenças em torno das questões envolvidas no plebiscito. Mas a maior parte do eleitorado estará formando atitudes e emitindo opiniões com base apenas nas informações que lhe serão dadas durante o curto período de campanha. As elites responsáveis pela difusão dessas informações poderão tentar apresentar "pacotes" de idéias estruturadas sobre cada

proposta do plebiscito, criando motivação para a busca de novas informações e propiciando a formação de atitudes mais consistentes e estáveis.

Outra possibilidade é que as campanhas respondam somente aos níveis mais baixo de conceituação, utilizando argumentos de caráter emocional e imediato, gerando uma forte instabilidade da opinião pública até o momento do plebiscito. E, finalmente, existe também a chance de que durante esse período não ocorra nenhuma mudança significativa do quadro atual e a decisão sobre o melhor sistema de governo seja feita principalmente com base nos mecanismos apontados anteriormente, caracterizando o processo de escolha típico do nível de escolaridade mais baixo.

Notas

1. Cf. Campbell, Angus et alii. *The American Voter*. New York: John Wiley & Sons, 1960.
2. Cf. Converse, Philip. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: Apter, David E. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.
3. Idem, *ibid.*